

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

| | |
|---|-----------|
| Resumo Fiscal/Legal – Outubro de 2012 | 1 |
| Contabilização de Operações em Divisas e de Cobertura de Risco de Câmbio | 2 |
| Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Seg. Social | 8 |
| Revisores e Auditores | 10 |

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – OUTUBRO DE 2012

Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 325/2012, de 16 de Outubro - Aprova os modelos de declaração prévia à deslocação do prestador de serviço a território nacional em livre prestação de serviços.

Ministério da Economia e do Emprego - Decreto-Lei n.º 225/2012, de 17 de Outubro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março, que aprova o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, estabelecendo as bases dos protocolos a celebrar entre o membro do Governo responsável pela área da defesa do consumidor, o Banco de Portugal e as instituições de crédito que pretendam aderir ao referido sistema e, bem assim, o respectivo regime sancionatório.

Ministério da Economia e do Emprego - Decreto-Lei n.º 226/2012, de 18 de Outubro - Procede à extensão do âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de Março, aos demais contratos de crédito garantidos por hipoteca, ou por outro direito sobre imóvel, e celebrados com clientes bancários particulares. De referir que o Decreto-Lei n.º 51/2007, atrás referido, veio regular as práticas comerciais das instituições de crédito, tendo em vista assegurar a transparência da informação por elas prestada no âmbito da celebração, da renegociação e da transferência dos contratos de crédito para aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, bem como para aquisição de terrenos para construção de habitação própria.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2012, de 19 de Outubro - Aprova o caderno de encargos aplicável à 3.ª fase da operação de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A., e fixa algumas das condições aplicáveis à 4.ª fase do processo de reprivatização.

Ministério da Economia e do Emprego - Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro - Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito pelos clientes bancários e cria a rede extrajudicial de apoio a esses clientes bancários no âmbito da regularização dessas situações.

1/11

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 232/2012, de 29 de Outubro - Aprova o processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A..

Assembleia da República - Lei n.º 55-A/2012, de 29 de Outubro - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Código do Imposto do Selo e a Lei Geral Tributária.

CONTABILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES EM DIVISAS E DE COBERTURA DE RISCO DE CÂMBIO

Na ORA newsletter n.º 68, de Setembro de 2012, abordámos a contabilização de operações em divisas à luz do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), mais especificamente o tratamento contabilístico de transacções e saldos em moeda estrangeira relacionados com compras, vendas e empréstimos em divisas. Nesta newsletter apresentaremos o tratamento contabilístico de operações de cobertura de risco cambial com os instrumentos derivados mais comuns (*forwards* e *swaps* de divisas).

A NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”, que tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Evidencia-se que a NCRF 27 permite que as entidades optem por aplicar integralmente a IAS 32, a IAS 39 e a IFRS 7, em vez da NCRF 27.

Definições

Destacamos as seguintes definições, as quais serão úteis na leitura deste artigo:

- **Instrumento Financeiro:** é qualquer contrato que dá origem simultaneamente a um activo financeiro numa empresa e a um passivo financeiro ou instrumento de capital numa outra empresa, como sejam as dívidas a receber, as dívidas a pagar e os derivados.
- **Derivado:** é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes: (a) o seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada "subjacente"); (b) não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos factores de mercado; (c) é liquidado numa data futura.

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

- **Instrumento de cobertura:** é um derivado designado ou um activo financeiro não derivado designado ou um passivo financeiro não derivado cujo justo valor ou fluxos de caixa se espera que compense as alterações no justo valor ou fluxos de caixa de um item coberto designado.
- **Item coberto:** é um activo, passivo, compromisso firme, transacção prevista altamente provável ou investimento líquido numa unidade operacional estrangeira que: (a) expõe a entidade ao risco de alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa futuros; e (b) foi designado como estando coberto.
- **Compromisso firme:** É um acordo vinculativo para a troca de uma quantidade especificada de recursos a um preço especificado numa data ou em datas futuras especificadas.
- **Transacção futura:** É uma transacção não comprometida mas antecipada.

O risco cambial no contexto dos riscos financeiros

O risco de uma empresa é influenciado por riscos económicos / de negócio e por riscos financeiros. Os riscos gerais do negócio, que se traduzem na variabilidade associada aos fluxos de explorações, como por exemplo o risco de obsolescência de um activo físico ou o risco de expropriação de um terreno por parte do governo, não são elegíveis para contabilidade de cobertura, uma vez que não podem ser mensurados com fiabilidade, logo a eficácia não pode ser mensurada. No que respeita aos riscos financeiros, que se definem como a variabilidade associada aos financiamentos da empresa ou à utilização de mais do que uma divisa ou à detenção de outros instrumentos financeiros, estes compreendem o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco legal e de regulação, o risco humano e o risco sistémico.

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos *cash-flows*, nos resultados ou no património da empresa, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. Assim, o risco cambial consiste no impacto de oscilações nas taxas de câmbio sobre o *cash-flow*, os resultados ou o património da empresa, e tem por base alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção) e alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão).



O risco cambial é um problema que atinge a generalidade das empresas, associando-se a (i) operações de exploração, com natureza comercial, exportações e importações, (ii) operações patrimoniais/investimento, como sejam a detenção de participações em empresas no estrangeiro, (iii) operações financeiras, como o endividamento em divisas, e (iv) operações de

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

cobertura de risco, efectuadas com derivados em moeda estrangeira com o objectivo de limitar/alterar a exposição cambial.

Derivados de cobertura de risco cambial: *forwards* e *swaps* de divisas

Do ponto de vista financeiro/tesouraria existem duas técnicas de cobertura de risco: (i) internas à empresa, através do *matching* de posições (cobertura natural), e (ii) externas à empresa, com recurso a instrumentos financeiros de cobertura de risco (futuros, opções, *swaps*, FRA's, *forwards*, *cap's*, *collar's* e *floor's*). No que respeita à cobertura de risco cambial os instrumentos financeiros mais utilizados são os *forwards* e os *swaps*.



Contratos *forward*

Um *forward* é um contrato bilateral, não transaccionado em mercado organizado, através do qual duas partes acordam em comprar (e vender) uma determinada quantidade de um activo específico numa determinada data a um preço pré-fixado, ou seja no momento inicial define-se o preço a pagar pelo correspondente activo na data futura. Este contrato pode ser visto como uma “aposta” sobre o futuro preço à vista do activo, sendo o *payoff* desta aposta igual à diferença entre o preço *forward* estabelecido no início e o preço à vista que existir na data de vencimento, o qual pode ser positivo ou negativo. Por conseguinte, um *forward* cambial consiste num contrato a prazo através do qual duas partes acordam trocar um montante numa moeda por um montante em outra moeda a uma determinada taxa de câmbio.

No momento inicial, quando se efectua a transacção, o preço *forward* é estabelecido de forma a não existir *cash-flows* iniciais entre as partes envolvidas, ou seja, o preço de um *forward* no momento da contratação é zero.

Contratos *swap*

Uma operação de *swap* é um acordo entre duas partes (com necessidades em matéria de divisas ou de taxas de juro complementares) para troca de *cash-flows* no futuro. Existem sobretudo dois tipos de *swaps*: (i) *swaps* de taxas de juro (fixo/variável e vice-versa) e (ii) *swaps* de divisas (*swaps* de divisas e *swaps* de divisas e taxas de juro).

O *swap* de divisas consiste num contrato pelo qual duas partes trocam entre si uma divisa contra outra, acordando, desde logo, a futura reversão da transacção inicial. Os *swaps* de divisas permitem assim a cobertura do risco cambial e a deslocação no tempo de posições em divisas, entre outros fins. Evidencia-se que o justo valor inicial do *swap* é zero, tal como nos *forwards*.

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

Contabilização de operações de cobertura de risco cambial

Reconhecimento e Mensuração de Derivados

De acordo com a NCRF 27 deve ser reconhecido um activo ou passivo financeiro no momento em que uma empresa se assume como parte nas cláusulas contratuais, sendo o custo de aquisição dos instrumentos financeiros o seu justo valor inicial, não devendo ser incluído os custos de transacção na mensuração inicial dos activos ou passivos financeiros que sejam mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados. Tais custos de transacção devem ser levados a gasto do período no momento inicial. Face ao exposto, os *forwards* e os *swaps* de divisas devem ser reconhecidos desde o momento do contrato, no entanto como na data do contrato o seu justo valor é zero, não haverá lugar a qualquer activo ou passivo nesta data.

Em período subsequente todos os activos e passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados. Os derivados devem ser mensurados ao justo valor, com excepção dos derivados sobre instrumentos de capital próprio, cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais devem ser mensurados ao custo.



Salienta-se que o justo valor de um instrumento financeiro é fiavelmente mensurável se a variabilidade no intervalo da estimação razoável do justo valor não for significativa para o instrumento objecto de mensuração. Esta condição é satisfeita nas seguintes situações: (i) instrumentos para os quais existem cotações publicadas num mercado activo; (ii) instrumentos de dívida para os quais exista notação de *rating* e cujos fluxos de caixa contratuais possam ser razoavelmente estimados; e (iii)

instrumentos para os quais se encontram convenientemente estabelecidos modelos de avaliação nos quais os dados de *input* possam ser fiavelmente mensurados em virtude de provirem de mercados activos.

No caso específico dos *forwards* cambiais a sua contabilização deve ser efectuada da seguinte forma:

- Na data do contrato: nada a registar, porque o justo valor inicial é zero.
- Na data de balanço (posições abertas): registar o ganho/perda com o *forward* (variação do justo valor do *forward*) em resultados, dando origem a um activo/passivo, respectivamente.
- Na maturidade: registar a nova variação de justo valor, desde a data de balanço e a maturidade; e liquidação financeira do *forward* (recebimento/pagamento e eliminação do activo/passivo financeiro criado).

Os derivados que não sejam instrumentos de cobertura devem ser contabilizados ao justo valor por via dos resultados, por sua vez os que são instrumentos de cobertura aplica-se a contabilidade de instrumentos de cobertura.

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

Regras da contabilidade de cobertura

Cobertura, para fins contabilísticos, significa designar um derivado como compensação de ganhos/perdas nos justos valores ou fluxos de caixa do instrumento coberto, ou seja significa criar uma relação contabilística entre o item de cobertura e o item coberto.

A contabilidade de cobertura apresenta assim regras contabilísticas especiais que visam garantir o balanceamento entre o momento de reconhecimento nos resultados de forma a não criar volatilidade (fictícia) nos resultados. Deste modo, a contabilização da cobertura permite que o ganho ou perda no instrumento de cobertura e no instrumento coberto seja reconhecido na demonstração de resultados simultaneamente.

Salienta-se que uma operação apenas se qualifica para contabilização de cobertura se: (i) a relação de cobertura estiver designada e documentada como tal, identificando o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto; (ii) o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efectuada a cobertura com o instrumento de cobertura; e (iii) espera-se que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura (presunção de eficácia). Deste modo, uma entidade poderá designar uma relação de cobertura entre um instrumento de cobertura e um instrumento coberto, apenas se essa operação se qualificar para contabilização da cobertura.

A NCRF 27 permite a contabilização da cobertura somente para: (i) risco de taxa de juro (em instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado); (ii) risco de câmbio (em compromissos firmes ou numa transacção de elevada probabilidade futura); (iii) risco de preço em mercadorias (detidas ou abrangidas por um compromisso firme ou por uma elevada probabilidade futura de transacção de compra ou de venda de mercadorias que tenham preços de mercado determináveis); ou (iv) risco cambial no investimento líquido de uma operação no estrangeiro.

Deste modo, a NCRF 27 qualifica as relações de cobertura de dois tipos:

- Tipo I – Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas.
- Tipo II – Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transacção futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira.



Este artigo trata das operações de cobertura de risco cambial, pelo que aborda a cobertura do tipo II. Deste modo, na cobertura de risco cambial, a entidade deve, caso as condições de qualificação sejam satisfeitas: (i) reconhecer as variações no justo valor do instrumento de cobertura directamente no capital próprio (não afectam os resultados de forma imediata); e (ii) reclassificar o ganho/perda reconhecido no capital próprio para a demonstração de resultados quando o item coberto for reconhecido na demonstração dos resultados.

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

A contabilidade de cobertura deve ser descontinuada nas seguintes situações:

- O instrumento de cobertura expirou, foi vendido ou terminou.
- A cobertura deixou de satisfazer as condições para a contabilização da cobertura.
- Na cobertura de uma transacção futura, a transacção deixou de ser altamente provável.
- A entidade revogou a designação.

Caso não seja mais expectável que a transacção futura venha a ocorrer ou se o instrumento de dívida coberto mensurado ao custo amortizado for desreconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura que tenha sido previamente reconhecido no capital próprio deverá ser removido do capital próprio e reconhecido na demonstração de resultados.

Apresentação e divulgação

Em termos das divulgações a efectuar destaca-se a seguinte informação:

- (i) As bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.
- (ii) As bases de determinação do justo valor (cotação de mercado ou a técnica de avaliação). Quando se utiliza a técnica de avaliação, a entidade deve divulgar os pressupostos aplicados na determinação do justo valor para cada uma das classes de activos ou passivos financeiros.
- (iii) A descrição da cobertura, a descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura e os respectivos justos valores à data do balanço e a natureza do risco que esteja a ser coberto, incluindo uma descrição do item coberto.
- (iv) Os períodos em que seja expectável que os fluxos de caixa ocorram e os períodos em que seja expectável que afectem os resultados.
- (v) A descrição de qualquer transacção futura para a qual a contabilização da cobertura tenha sido previamente utilizada mas que já não se espera mais que a transacção ocorra.
- (vi) A quantia resultante da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que tenha sido reconhecida no capital próprio durante o período.
- (vii) A quantia que tenha sido removida do capital próprio e reconhecida em resultados do período, evidenciando a quantia incluída em cada uma das linhas da demonstração de resultados.



- Cláudia Reis -

Bibliografia:

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27 – Instrumentos Financeiros.*
- *Formação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre “Contabilização de Operações em Divisas e de Cobertura de Risco de Câmbio” (Julho de 2012).*
- *Banco de Portugal (2007), Modelo de Avaliação de Riscos.*

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

CÓDIGO DOS REGIMES CONTRIBUTIVOS DO SISTEMA PREVIDENCIAL DE SEGURANÇA SOCIAL (CRCSPSS)

Enquadramento

O novo n.º 7 do artigo 190.º do CRCSPSS prevê que o **Instituto da Segurança Social** possa autorizar o pagamento em prestações de contribuições em dívida não participada para efeitos de cobrança coerciva, quando sejam previstas por resolução do Conselho de Ministros medidas de revitalização económica e recuperação e viabilização empresariais, situação que se verifica com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de Fevereiro, que criou o Programa Revitalizar. O Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de Setembro, veio dar forma a essa nova competência.

O diploma anteriormente referido procede à definição do regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social, autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento e prevê uma dispensa excepcional do pagamento de contribuições.



SEGURANÇA SOCIAL

Os acordos abrangem a totalidade da dívida constituída, bem como os juros de mora vencidos e vincendos até ao integral pagamento.

Condições de Acesso

A autorização para celebração de acordo encontra-se sujeita à verificação das seguintes condições:

- A dívida objecto de acordo não pode estar participada para cobrança coerciva;
- O contribuinte não pode ter dívidas de contribuições ou quotizações em cobrança coerciva, judicial ou extrajudicial de conciliação.

Os acordos de regularização voluntária só podem ser autorizados pelo Instituto de Segurança Social a cada entidade contribuinte, uma vez em cada período de três anos, contados a partir da data em que se tenha verificado o seu termo ou resolução.

Incumprimento

A resolução do acordo é determinada na falta das seguintes situações:

- Pagamento tempestivo das prestações autorizadas;
- Pagamento tempestivo das contribuições e quotizações mensais vencidas no seu decurso;
- Entrega nos prazos legais da declaração de remunerações relativamente a todos os trabalhadores.

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

A resolução do acordo determina a participação imediata do montante em dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, acrescido dos respectivos juros de mora, para efeitos de cobrança coerciva.

Condições de Pagamento

O número de prestações mensais objecto dos acordos celebrados não pode exceder o dobro do número de meses em que se tenha verificado o atraso ou 12 meses, consoante o motivo subjacente à natureza do pagamento diferido.

Não são exigíveis juros de mora na celebração dos acordos de pagamento de contribuições a regularizar.

O cumprimento do acordo definido, bem como o pontual pagamento das contribuições e quotizações mensais, permite a emissão de declaração contributiva regularizada com validade de 30 dias.



Ivo Morais

Bibliografia:

- *Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de Setembro;*
- *Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de Fevereiro;*
- *Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (CRCSPSS).*

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

A profissão de Revisor Oficial de Contas comemora em 2012, 40 anos de existência, destacando-se as seguintes datas:

1972 - Decreto-lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro – Estrutura a profissão de Revisão Oficial de Contas. O Decreto-Lei nº 49381, de 15 de Novembro de 1969, atribuiu aos revisores oficiais de contas funções de interesse público no âmbito da fiscalização das contas e da gestão das sociedades anónimas ou por quotas com conselho fiscal;

1974 - Portaria n.º 83/74, de 6 de Fevereiro – Torna efectiva a obrigatoriedade de nomeação de revisor oficial de contas; declara-se constituída a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas;

1979 - Decreto-Lei n.º 519-L2/79, de 29 de Dezembro - Reformulação da regulamentação da profissão de Revisor Oficial de Contas;

1984 - Directiva do Conselho n.º 84/253/CEE (8.ª Directiva) – Directiva de Auditoria;

1985 - Adesão da CROC à IFAC –International Federation of Accountants;

1985 - Adesão da CROC à UEC – Union des Experts Comptables Économiques et Financiers (dando origem posteriormente à FEE –Fédération des Experts Comptables Européens);

1986 - Decreto-lei n.º 262/86, de 2 de Setembro – Aprova o Código das Sociedades Comerciais e alarga o âmbito da actuação dos Revisores Oficiais de Contas;

1987 - Aprovação do Código de Ética e Deontologia Profissional;

1988 - Início da publicação do Manual do Revisor Oficial de Contas;

1993 - Decreto-lei n.º 422-A/93, de 30 de Dezembro – Reordenação do estatuto profissional dos revisores oficiais de contas, atendendo à 8.ª Directiva e ao novo código das sociedades comerciais;

1994 - Desenvolvimento do Sistema de Controlo de Qualidade;

1999 - Decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro – Reformulação do estatuto dos Revisores Oficiais de Contas; passagem da Câmara a Ordem;

2006 - Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio – Nova Directiva de auditoria visando a harmonização dos requisitos de auditoria relativamente ao controlo de qualidade e à independência dos Revisores / Auditores na União Europeia;

10/11

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 70 – NOVEMBRO/2012
(circulação limitada)

2008 - Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro – Alteração do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, transpondo a nova Directiva de auditoria; visando o aumento da qualidade no exercício da profissão; reforço de deveres; exigência de aplicação das normas internacionais de auditoria; clarificação do conceito de auditoria; criação do conceito de Entidades de Interesse Público; criação de estruturas independentes de controlo de qualidade e supervisão pública;

2008 - Decreto-lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro – Criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria;

2010 - Edição do Manual das normas internacionais de auditoria e de controlo de qualidade;

2011 - Novo Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.